

O ACESSO À UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL E A QUESTÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DOS DADOS DO RELATÓRIO DO VESTIBULAR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO MESQUITA FILHO – UNESP

Hilda Maria Gonçalves da SILVA¹
Ricardo RIBEIRO²

RESUMO: Este trabalho tem como preocupação central analisar as causas socioeconômicas e culturais do ainda restrito acesso de jovens brasileiros ao ensino superior público. No Brasil, somente 14,4% dos jovens entre 18 e 24 anos frequentam esse nível de ensino. Se considerarmos que as instituições públicas oferecem apenas ¼ das vagas, pode-se afirmar que estas instituições não chegam a atender nem 4% dos jovens entre 18 e 24 anos. O Brasil apresenta, nesse nível de ensino, um acesso menor que muitos de seus vizinhos: Argentina (40%), Venezuela (26%), Chile (20%) e Bolívia (20%). No presente estudo foram analisados os dados dos relatórios do vestibular da Universidade Estadual Paulista (Unesp) entre 2004 e 2009, elaborados pela Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (Vunesp). Nesta análise, nota-se a influência de alguns aspectos socioeconômicos e culturais em relação às possibilidades de acesso dos jovens à universidade pública. Destacam-se, entre esses aspectos, a renda familiar, a possibilidade de se dedicar somente aos estudos e de frequentar cursos preparatórios, bem como o nível de escolaridade dos pais.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso. Ensino superior. Políticas públicas.

Introdução

O principal objetivo deste estudo consiste em compreender os aspectos socioeconômicos e culturais que tem concorrido para a manutenção dos baixos índices de jovens que frequentam o ensino superior no Brasil, especialmente aquele oferecido pelas instituições públicas de ensino. Os ínfimos 14,4% de jovens entre 18 e 24 matriculados no ensino superior em nosso país, estão bastante distantes da meta proposta pelo Plano Nacional de Educação que visa alcançar a marca dos 33%.

Neste estudo, desenvolveu-se uma análise dos relatórios do vestibular da Universidade Estadual Paulista (Unesp) entre 2004 e 2009, os quais trazem o tratamento dos dados do questionário socioeconômico respondido pelos candidatos. Essa análise teve como escopo a apreensão da influência dos aspectos socioeconômicos e culturais

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Departamento de Educação, Ciências Sociais e Política Internacional. Franca – SP – Brasil. 14409-160 - hilda_gs@yahoo.com.br

² UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras - Departamento de Ciências da Educação - Pós-Graduação em Educação Escolar. Araraquara – SP – Brasil. 14.800-901 - despertarosol@gmail.com

sobre as possibilidades de acesso dos jovens ao ensino superior público.

O acesso à educação superior e as questões político-sociais

A despeito do Estado de São Paulo possuir diversas universidades públicas (USP, Unicamp e as Federais) além da Unesp, a opção pela análise da documentação referente ao vestibular desta última deve-se, principalmente, a dois aspectos: de um lado, a diversidade de *campi* da Unesp, distribuídos em 27 cidades do interior do estado; de outro lado, o fato de tratar-se de uma das universidades públicas que mais atendem os alunos oriundos das escolas de educação básica públicas no Estado de São Paulo.

Este último motivo complementa em certa medida o anterior, uma vez que, conforme Elis Cristina Fiamengue (2002), a distribuição de vários *campi* pelo interior configura-se como um facilitador do ingresso deste segmento estudantil na UNESP, devido à possibilidade que esta circunstância oferece desse público poder estudar em suas respectivas cidades de origem, ou em cidades próximas, o que acarreta uma redução nos gastos demandados para manutenção do estudante universitário.

Fiamengue constata ainda que a Unesp, em comparação com as outras universidades públicas do Estado de São Paulo, possui um caráter mais “popular”, na medida em que “recebe 39% de jovens do ensino médio público contra apenas 20,2% nesta mesma categoria da USP. Na Unicamp o percentual é de 33,2%, ficando como que no “meio do caminho” entre a universidade do interior e a da capital” (idem, p.55).

Justificada a escolha do material utilizado na análise documental, retomemos a questão central deste trabalho, que é a exclusão dos jovens provenientes dos segmentos menos favorecidos da sociedade dos níveis mais altos de escolaridade, especificamente do acesso à universidade pública.

Robert Castel (1998, p.143), em seu livro *As Metamorfoses de Questão Social*, onde aborda questões referentes ao mundo do trabalho, demonstra como se pode efetuar um desvio das causas centrais da exclusão social ao buscar justificá-las nos próprios excluídos ou em seu âmbito mais próximo. Afirma o autor:

[...] o processo pelo qual uma sociedade expulsa alguns de seus membros obriga a que se interrogue sobre o que, em seu centro, impulsiona essa dinâmica. É essa relação encoberta do centro com a periferia que se deve agora tentar fazer aparecer.

Castel alerta para o equívoco de se interpretar alguns problemas sociais por meio de seus sintomas e negligenciar as suas causas. As ideias de Castel remetem também à questão mais específica deste trabalho: a exclusão dos segmentos menos favorecidos da sociedade do acesso ao ensino superior público.

Senão vejamos: tal exclusão não se explica invocando questões que são apenas os sintomas do problema, como por exemplo a tão proclamada falta de qualidade da educação básica pública.

Busquemos lançar luz para além dessa constatação e, para melhor situá-la em um contexto mais amplo, suponhamos a seguinte hipótese: se a população mais pobre estivesse nas escolas particulares, que hoje “aprovam mais nos vestibulares” das universidades públicas, ela teria melhores condições de aprovação?

Acreditamos que não. Cabe então procurar compreender, ao longo deste capítulo, quais são os outros aspectos que determinam a distância entre, de um lado, as possibilidades potencializadoras dos segmentos que estudam nas escolas particulares e de uma parcela de alunos oriundos das escolas públicas e, de outro lado, as daqueles segmentos excluídos. O que se pretende afirmar é que o problema aqui colocado vai muito além dos muros da escola.

Ao dizer-se isso não se ignoram os problemas pedagógicos da educação atual, a qual por vezes caminha em direção oposta aos interesses dos jovens de hoje, longe de toda a gama de recursos tecnológicos disponíveis e passíveis de serem utilizados na formação.

Contudo, acreditamos que esse é um problema da educação como um todo. A dificuldade de conciliar a ainda fundamental transmissão dos conhecimentos acumulados historicamente às atuais transformações tecnológicas e de comunicação é um dilema do educador da atualidade.

Nessa perspectiva, insistimos que, no que se refere ao perfil ainda excludente da educação superior brasileira, a suposta ausência de qualidade da educação oferecida na rede pública de educação básica não se configura como o único problema. Um exemplo disso é a constatação feita por João Ernesto Nicolete (2009). Este autor analisou a experiência realizada nas escolas públicas de alguns municípios, as quais adotaram material apostilado de sistemas particulares de ensino. Tal adoção tinha como meta garantir a melhoria da qualidade do ensino oferecido naquelas instituições. Isso porque

esse material, na maioria das vezes, destinado aos estudantes das escolas particulares, foi considerado pelos implementadores da experiência como capaz de organizar melhor o trabalho pedagógico. Os resultados apontados pelo autor fazem crer que este fato por si só não foi capaz de alterar de modo significativo a situação atual da qualidade da educação oferecida nessas escolas.

Nicolete (2009) demonstra sua colocação comparando os indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica dos municípios que utilizaram o sistema privado de ensino com aqueles que, na mesma região, não o utilizaram. Nas palavras do autor:

Os dados do IDEB demonstram que – no caso dos municípios estudados – ter um sistema privado de ensino atuando na rede municipal escolar não é sinônimo de garantia de qualidade da Educação, pois não há diferenças significativas entre o número de municípios que atingiram a meta do IDEB e possuem sistema apostilado e o número daqueles que utilizam livro didático e também alcançaram o IDEB projetado para 2007. (NICOLETE, 2009, p.84).

O que se pretende demonstrar é que essas questões pedagógicas, embora sejam extremamente relevantes, não estão no cerne da questão aqui levantada, a qual vai além do âmbito puramente pedagógico. Ou seja: “[...] o cerne da problemática da exclusão não está onde estão os excluídos.” (CASTEL, 1998, p.143).

Esta abordagem tem sua centralidade em três dimensões: uma de âmbito econômico, outra de caráter social e uma terceira de aspecto cultural. Essas três dimensões estão profundamente integradas e em seu conjunto formam a representação do sujeito na sociedade e para si. Ou seja, caracterizam o indivíduo enquanto membro da sociedade.

Corroboram-se aqui os estudos de Bourdieu (2008a) acerca da estruturação dos grupos sociais com base nessas três dimensões. Para esse autor, as escolhas acerca da educação escolar, feitas pelas famílias e pelos indivíduos em particular, são o resultado das possibilidades efetivamente vivenciadas por essas famílias – e por seus ascendentes. Possibilidades estas que são o resultado da posição econômica, do capital social - traduzido nas relações que cada grupo social pode estabelecer e nas expectativas que esse grupo social pode compartilhar no longo prazo - e ainda do capital cultural que o meio familiar pode efetivamente proporcionar a seus membros. Nas palavras de Bourdieu (2008b, p.107-108)

As classes primárias – aquelas que estabelecem a distinção entre as grandes classes de condições de existência – encontram sua origem no volume global do capital (capital econômico, capital cultural e, também, capital social) como conjunto de recursos e poderes efetivamente utilizáveis: as diferentes classes (e frações de classes) distribuem-se, assim, desde as mais bem providas, a um só tempo, em capital econômico e cultural, até as mais desprovidas nestes dois aspectos.

Buscaremos tratar de cada uma dessas dimensões separadamente para, finalmente, integrá-las num conjunto de características que, articulado com os dados do questionário do vestibular da Unesp, revelarão alguns aspectos que podem configurar entraves ao acesso à universidade pública.

I

Em relação à primeira dimensão, é preciso avaliar em que medida a condição econômica dos jovens excluídos compromete suas possibilidades de estudar em uma universidade pública.

Sobre essa questão o Relatório de Monitoramento de Educação para Todos – Brasil 2008 – aponta que os mais pobres se encontram em desvantagem em relação ao avanço nos estudos tanto no que se refere à compatibilidade idade/série, quanto em relação ao prosseguimento dos estudos em nível superior, ou seja, após os 18 anos.

Segundo o Relatório, 74% dos jovens entre 15 e 17 anos pertencentes aos 20% mais pobres da população brasileira estão estudando; já entre os 20% mais ricos este percentual sobe para 94,5%. O problema agrava-se quando se observa o nível de escolaridade que esses jovens frequentam: dos 74% mais pobres que frequentam a escola, somente 24,5% encontram-se no Ensino Médio. Entre os mais ricos, esse índice é de 77,2%, uma diferença de aproximadamente 73%.

No que se refere ao prosseguimento dos estudos, o Relatório constatou que, dos jovens entre 18 e 24 anos pertencentes aos 20% mais pobres da população, somente 25% estão na condição de estudantes e, destes, menos de um por cento frequenta o ensino superior, enquanto que entre os 20% mais ricos, 52,4% estudam e 40,4% destes estão no ensino superior.

A diferença entre o ingresso desses dois segmentos é bastante significativa para os nossos estudos. Esses dados evidenciam que a educação superior não tem alcançado sequer minimamente os segmentos mais pobres da população brasileira. Posteriormente

demonstraremos que a análise dos dados do Relatório da Unesp ajudará a comprovar essa situação.

II

No que diz respeito ao componente social, cabe investigar em que medida o espaço social de convivência mais próxima do jovem proveniente das camadas sociais mais pobres, qual seja a sua comunidade de bairro, religiosa e os laços familiares, também se configuram como entraves ao ingresso à universidade pública.

O meio social ao qual pertencemos é em certa medida um espaço de caracterização do “capital social” que nos constitui enquanto indivíduos. Esse capital social por sua vez exerce grande influência sobre as possibilidades de posicionamento dos indivíduos na sociedade. A apreensão do social aqui pretende ir além da visão mais geral da classe social. Conforme afirma Bourdieu (2008a, p.67):

O capital social é o conjunto dos recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. [...] O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado.

Desse modo, analisar dados relativos ao nível de instrução dos pais, à instituição de ensino na qual o jovem fez o ensino médio, entre outros fatores, pode auxiliar a construção de aspectos significativos do capital social dos jovens que não se inscrevem ao vestibular, já que nossa preocupação aqui é justamente com a busca ou não pelo ensino superior público. Em outros termos, procura-se aqui compreender os motivos que levam alguns jovens egressos do ensino médio público a não optarem por se candidatar aos concursos de ingresso no ensino superior das universidades públicas.

III

Finalmente, quanto ao plano cultural, deve-se analisar em que medida o capital cultural herdado, como afirma Bourdieu, provoca, nos jovens oriundos das camadas populares, o sentimento de “estranho no ninho” em relação ao ingresso na universidade pública.

Como afirma Bourdieu, o domínio dos códigos escolares não garante por si igualdade de oportunidades no prosseguimento dos estudos, ou no campo profissional.

E aqui não estamos nos referindo à diferença de competências adquiridas no ambiente escolar, pois a questão central é o conjunto de competências herdadas da família e das relações sociais das quais se pode participar.

Referimo-nos a um conjunto de hábitos de linguagem, de lazer “cultural”, entre outros aspectos cotidianos que constituem o capital cultural herdado de cada indivíduo. É esse conjunto de características que, para os jovens pertencentes aos segmentos menos favorecidos da população, pode funcionar ao longo da experiência escolar e de relações como um dos entraves às possibilidades de ascensão nesses espaços.

Essa situação pode provocar nesses jovens certo estranhamento em relação aos códigos exigidos para o acesso ao ensino superior público, até mesmo para além da aprovação nos concursos vestibulares.

Além disso, vale lembrar que, por mais que a formação desses alunos fosse possuidora de qualidade, o número de vagas hoje disponíveis na universidade pública não seria capaz de atender sequer a um quinto da população entre 18 e 24 anos. Devemos considerar ainda que por mais que as provas de seleção para acesso ao ensino superior público venham se aprimorando, ainda se trata de uma seleção pontual, onde nem sempre o jovem que se empenhou verdadeiramente nos estudos consegue êxito.

A condição econômica e o prosseguimento dos estudos

Iniciaremos a análise dos dados dos questionários socioeconômicos dos inscritos nos vestibulares da Unesp entre os anos de 2004 e 2009 pela verificação da relação entre o número de inscritos e a condição econômica das famílias. Em outros termos: em que medida a renda familiar gera uma maior ou menor propensão do jovem a se candidatar ao vestibular de uma universidade pública.

Quadro 1 - Renda mensal da família dos candidatos entre 2004 e 2008

		até 1,9 salários mínimos	de 2,0 a 4,9 salários mínimos	de 5,0 a 9,9 salários mínimos	de 10,0 a 14,9 salários mínimos	de 15,0 a 19,9 salários mínimos	20,0 salários mínimos ou mais:
2004	INSCRITOS	9372	27571	23488	13260	8074	10331
	MATRICULADOS	382	1716	1842	1030	619	636
2005	INSCRITOS	8711	25386	23483	13377	9801	9332
	MATRICULADOS	367	1730	1840	944	691	524
2006	INSCRITOS	11567	30268	22569	13376	6619	8306
	MATRICULADOS	412	1845	1814	1080	448	507
2007	INSCRITOS	13221	30674	21470	11503	5080	6365
	MATRICULADOS	492	1896	1885	891	355	392
2008	INSCRITOS	14129	30267	22351	12168	5896	6248
	MATRICULADOS	545	1957	1862	1018	451	398
2009	INSCRITOS	9095	25789	19463	9963	5037	5654
	MATRICULADOS	674	2187	1885	894	373	371

Fonte: Elaboração própria com dados da VUNESP (2004-2008).

Observa-se no quadro acima que a maioria dos candidatos inscritos no vestibular da Unesp são provenientes dos segmentos médios da população. Ou seja, invariavelmente, entre 2004 e 2009, a maioria dos candidatos ao vestibular declarou renda familiar entre dois e dez salários mínimos, o que corresponde à segunda e à terceira coluna do quadro um.

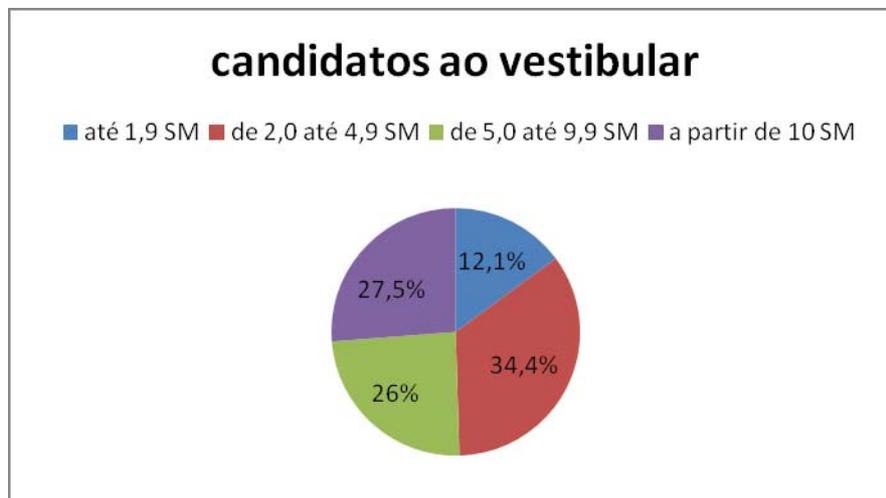
Nota-se ainda que a quantidade de candidatos que declararam renda familiar acima de 10 salários mínimos sofreu uma queda constante entre 2005 e 2009. A única exceção a esse dado foi o ano de 2008.

A quantidade de inscritos para o vestibular com renda de até 1,9 salários veio crescendo gradativamente entre 2005 e 2008, chegando a alcançar 15% dos inscritos. Contudo, a presença desse segmento, continuou ainda muito menor que os números das faixas salariais médias. Como se não bastasse, a presença do segmento com renda de até 1,9 salários voltou a cair, consideravelmente, em 2009, ficando em torno de 12% dos inscritos. Se considerarmos que, segundo dados do PNAD/IBGE (2008), 42% das famílias brasileiras vivem com uma renda mensal de até dois (2) salários mínimos, pode-se aferir o quão irrisória é a quantidade de inscritos para o vestibular da Unesp provenientes desse segmento.

Nota-se uma inversão do percentual de representatividade dos segmentos socioeconômicos na sociedade quando comparados aos percentuais desses segmentos representados pelos inscritos para o vestibular da Unesp. Essa inversão pode ser

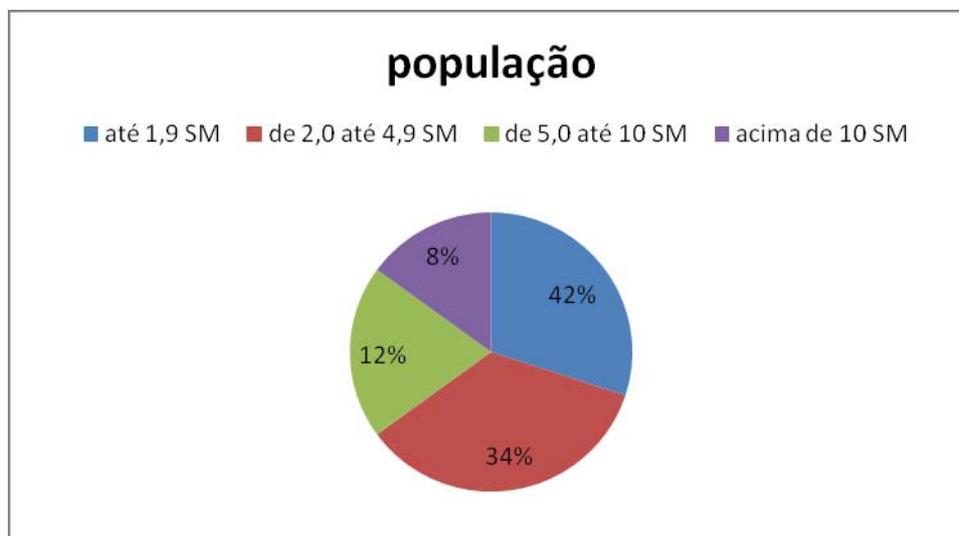
verificada nos dados dos gráficos um e dois representados abaixo.

Gráfico 1 - Representatividade dos inscritos para o vestibular em 2009 de acordo com a renda familiar por domicílio (%)



Fonte: Elaboração própria com dados da VUNESP (2004-2008).

Gráfico 2 - Representatividade dos segmentos da população brasileira de acordo com a renda mensal por domicílio (%)



Fonte: Elaboração própria com base PNAD/2008.

Fica evidente aqui a influência do capital econômico nas possibilidades de alcance dos níveis mais altos de escolaridade. Cabe aqui retomar as colocações de Bourdieu (2008a, p.48) acerca das diferentes expectativas de ascensão, pela via escolar,

dos indivíduos provenientes do diversos segmentos socioeconômicos.

[...] o desejo razoável de ascensão através da escola não pode existir enquanto as chances objetivas de êxito forem ínfimas, que os operários – embora ignorando completamente a estatística objetiva que estabelece que um filho de operário tem duas chances em cem de chegar ao ensino superior – regulam seu comportamento objetivamente pela estimativa empírica dessas esperanças objetivas, comuns a todos os indivíduos de sua categoria. Assim, compreende-se porque a pequena burguesia, classe de transição, adere mais fortemente aos valores escolares, pois a escola lhe oferece chances razoáveis de satisfazer todas as suas expectativas [...]

Trazendo o pensamento de Bourdieu para a atual realidade brasileira, pode-se acreditar que a ampliação das expectativas de acesso à universidade pública por meio, entre outras iniciativas, da intensificação das políticas de ação afirmativas que vêm sendo adotadas em algumas universidades estaduais e federais, tende a aumentar a participação dos segmentos populares nos concursos vestibulares. Vale lembrar que o segmento considerado “pequena burguesia” por Bourdieu ainda tem acesso restrito à universidade no Brasil, já que menos de 15% dos nossos jovens estão na universidade.

As informações levantadas pelos dados dos relatórios da Unesp revelam a manutenção de um equilíbrio entre o percentual de inscritos para o vestibular provenientes dos segmentos médios da população, enquanto que os segmentos mais favorecidos oscilam a princípio no sentido de uma redução da participação nos vestibulares entre 2004 e 2007, mas voltam a crescer em 2008 e 2009. Finalmente, a presença dos segmentos mais pobres cresce sistematicamente entre 2005 e 2008, embora em níveis bastante tímidos, voltando a cair em 2009.

Uma análise rápida poderia fazer crer que o aumento do número de inscrições dos jovens provenientes das famílias com renda de até 1,9 salários mínimos estivesse em certa medida relacionado ao programa de isenção da taxa de inscrição para o vestibular, voltada para candidatos de baixa renda e provenientes da educação básica da rede pública de ensino. Esse programa veio sendo aprimorado desde 2001, atingindo um número cada vez maior de jovens oriundos das camadas populares da sociedade.

Contudo, os dados entre 2004 e 2008 mostram uma realidade um pouco diferente acerca da influência desta iniciativa da Unesp em oferecer isenção da taxa de inscrição para candidatos “carentes”, sobre a ampliação do número de inscritos para o vestibular provenientes dos segmentos menos favorecidos.

Senão, vejamos: entre 2004 e 2008 o percentual de inscritos para o vestibular da Unesp com renda familiar de até 1,9 salários mínimos cresceu 5,5% (de 10% em 2004 para 15,5% em 2008), enquanto o percentual de candidatos isentos da taxa de inscrição com essa renda familiar, neste mesmo período, teve uma queda de 13,5% (de 63% em 2004 para 49,5% em 2008)

A ampliação do número de inscritos nessa situação ficou por conta dos candidatos com renda familiar entre 2 e 4,9 salários mínimos. Estes, dentre as taxas de isentos de inscrição, saltaram de 28% em 2004 para 43,9% em 2008, promovendo um crescimento de 15,9%.

Ainda que essa iniciativa de isenção das inscrições para o vestibular apresente uma limitação em relação ao segmento mais “carente”, no que se refere aos dados apresentados até aqui, parece-nos significativa a contribuição desta para a manutenção e até a ampliação do número de inscrições absolutas dos candidatos com renda familiar imediatamente posterior a daquele segmento.

Em outros termos, essa iniciativa beneficia um percentual da população – que não está entre os mais favorecidos - que possivelmente teria menos possibilidades de acesso à universidade pública, não fossem essas políticas afirmativas. Ou seja, embora tímida, essa iniciativa pode ser traduzida em promoção da ampliação do acesso à universidade pública.

Sintetizando, numa análise estritamente econômica, os dados acima permitem concluir que, em que pesem as iniciativas das políticas de inclusão, a grande maioria dos jovens provenientes das camadas menos favorecidas da sociedade sequer se inscreve para os vestibulares de ingresso na universidade pública.

O jovem trabalhador e o vestibular

Ainda no campo econômico, a necessidade de ingresso no mercado de trabalho parece consistir em outro fator que contribui significativamente para a exclusão dos jovens dos exames vestibulares. Nesse sentido, os dados da resposta dos inscritos para o vestibular da Unesp em 2009 acerca da sua condição de atividade são esclarecedores, uma vez que, entre os inscritos, somente 8,3% trabalhavam em tempo integral, enquanto 81% não exercia nenhuma atividade remunerada.

Realidade diversa da apresentada por esses dados é aquela vivenciada pela

maioria dos jovens brasileiros. Segundo a pesquisa “Juventude e Políticas Sociais no Brasil”, desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre os jovens brasileiros, 47,5% daqueles com idade entre 17 e 19 e 75,9% daqueles entre 20 e 24 anos já participavam do mercado de trabalho.

Esses dados demonstram que a necessidade de ingresso no mercado de trabalho afasta um percentual considerável de jovens das perspectivas de continuidade dos estudos a nível superior, nas instituições públicas de ensino. Isso porque a diferença entre o percentual de jovens brasileiros que trabalham, com idade ideal para o ingresso no ensino superior, e aquele percentual verificado entre os inscritos para os concursos vestibulares, é de, pelo menos, 39%.

Outros fatores de expressiva influência sobre as oportunidades de acesso dos jovens ao ensino superior público são de ordem sociocultural. Os dados do Relatório da Unesp que tratam da escolaridade dos pais dos candidatos ao vestibular foram analisados à luz dos estudos de Bourdieu (2008b), apontando para uma relação indireta entre o nível de escolarização dos pais e as expectativas dos filhos em relação aos estudos.

Segundo Bourdieu, a escolaridade da família próxima e extensa é fator que permite o contato mais cotidiano com determinados bens culturais. O autor sinaliza, também, para algumas tendências de trajetórias escolares sistematicamente experimentadas tanto pela família restrita, quanto por seus ascendentes, quanto pelos próprios indivíduos pertencentes a uma categoria (social). Essas experiências podem tanto aumentar como restringir as expectativas dos jovens e de suas famílias em relação ao prosseguimento dos estudos.

A observação dos dados do Relatório do vestibular da Unesp de 2009 acerca da escolaridade dos genitores – individualizados para o pai e para a mãe - dos candidatos inscritos no vestibular é esclarecedora, uma vez que neles observa-se que a maioria desses candidatos declarou que os pais (o pai e a mãe) possuem ao menos ensino médio completo. Ou seja, aproximadamente 72% dos vestibulandos afirmaram que seus pais possuíam nível médio de ensino, ou mais. Esse número é maior entre as mães do que entre os pais dos vestibulandos.

Cumprir observar que esse percentual vem se intensificando nos últimos anos. Em 2008, por exemplo, esses candidatos representavam aproximadamente 65% dos inscritos.

As constatações acima corroboram a afirmação de que existe uma influência significativa do nível de escolaridade dos pais no acesso dos jovens aos níveis mais avançados de ensino, especialmente no que se refere às possibilidades de acesso e permanência no ensino superior público.

A influência do ambiente escolar na construção das possibilidades dos estudantes do ensino médio de avançar nos estudos em nível superior configura outro fator que merece destaque para os fins do presente estudo.

Nessa perspectiva, cumpre analisar as respostas fornecidas pelos candidatos ao vestibular da Unesp à pergunta elaborada acerca do modo como esses jovens adquiriram informações sobre os concursos vestibulares daquela instituição.

Os dados apontados pelo relatório confirmam a expressiva influência da escola no acesso às informações acerca dos vestibulares, uma vez que a maioria tanto dos inscritos quanto dos matriculados na Unesp declarou ter obtido as informações sobre este concurso vestibular por meio de informações fornecidas pelas instituições de ensino médio que frequentavam.

Esses dados demonstram então que o estímulo da escola exerce um importante papel no que se refere à busca dos estudantes pelos concursos vestibulares das universidades públicas. A ausência desse estímulo, por parte da escola, pode ser relevante para a falta de expectativa apresentada por muitos dos jovens provenientes das camadas populares, em relação às suas possibilidades de avanço dos estudos, via concursos vestibulares das universidades públicas.

A análise dos dados relativos ao Relatório do Vestibular da Unesp é esclarecedora quanto ao perfil dos jovens que buscam os concursos vestibulares das universidades públicas como possibilidade de avanço dos estudos em nível superior. Esses jovens são, em sua maioria, provenientes das camadas socioeconômicas mais favorecidas da população, ou seja, das chamadas classes média e média alta. Compõem ainda, em sua expressiva maioria, o segmento de jovens que não participa ativamente do mercado de trabalho, e desse modo dispõe do seu tempo livre para dedicar-se exclusivamente aos estudos. Finalmente, verificamos que a maioria desses jovens é proveniente de famílias nas quais os pais possuem um nível de instrução relativamente alto, ou seja, concluíram ao menos o ensino médio.

Acreditamos que, para reverter esse quadro de acesso tão restrito ao ensino superior, o qual privilegia somente 14,4% (PNAD 2009) dos jovens entre 18 e 24 anos

(e, quando se trata de instituições públicas, números muito menores), torna-se necessário que as políticas públicas não fiquem restritas à ampliação de vagas e ao financiamento do curso superior. É imprescindível que essas políticas focalizem o jovem e suas necessidades fundamentais.

**THE PUBLIC UNIVERSITY ACCESS IN BRAZIL AND A SOCIAL QUESTION:
AN ANALYSIS OF THE DATA OF REPORT OF ENTRANCE EXAM OF
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
(UNESP)**

ABSTRACT: *This work has as a central concern in analyze the causes of the still limited access of young Brazilians to public higher education in socioeconomic and cultural. In Brazil, only 14,4% of the young between 18 and 24 years old attend this educational level. If we consider that the public university offer just 1/4 of the vacancies, can be affirmed that this institutions are not able to attend neither 4% of the young between 18 and 24. Brazil shows, in this level of education, a lower access that most of its neighbors: Argentina(40%), Venezuela(26%), Chile(20%), Bolivia(20%). In this work were analyzed the data reports of entrance exam of Universidade Estadual Paulista (Unesp) entre 2004 e 2009, prepared by Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (Vunesp). In this analysis, can be noted the influence of some aspects socioeconomic and cultural related to possibilities of the young access to public university. Stand out among these: family income, the possibility to dedicate only to studies and attend preparatory courses, as well as the parents level of education.*

KEYWORDS: *Access. Higher education. Public policies.*

REFERÊNCIA

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2008a.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2008b.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

FIAMENGUE, E. C. **Mas afinal que elite é essa?: deselitização no vestibular Vunesp**. 2002. 164f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002.

NICOLETE, J. E. **Ensino apostilado na escola pública: tendência crescente nos municípios da região de São José do Rio Preto-SP**. 2009. 97f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

VUNESP. **Relatórios do Vestibular da UNESP**. São Paulo, 2004-2008. Disponível em: <<http://www.vunesp.com.br/pesquisaUnesp/relatorios/2011.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2011.